



Sem escola, não há perspectiva de progresso social

Todos sabem que os países asiáticos, ou tigres, como são chamados no linguajar econômico, têm atravessado uma brutal crise. Primeiro foi a Tailândia, depois Hong Kong e a Coreia do Sul, agora seguidos pelo mais poderoso deles, o Japão, a segunda economia mundial. Os problemas atravessados por eles são variados e complexos: desde ataques especulativos (ou seja: quando investidores estrangeiros resolvem se desfazer em quantidades monumentais da moeda do país, deixando sem reservas cambiais e forçando-o a desvalorizar sua posição frente a moedas mais fortes, como o dólar) a complicações de créditos e de infra-estrutura (caso do Japão, onde a maior seguradora simplesmente faliu, logo coadjuvada pelo fechamento do 11º banco do país; outras casas financeiras também se encontram na corda bamba).

Mas não vou falar de economia. Quero notar apenas uma coisa importante: em todas as análises dos especialistas, sempre se ressalta o investimento em educação realizado por esses países. Por isso, continuam esses experts, tais nações possuem meios eficazes para encontrar saídas diante da crise atual.

Convém lembrar alguns detalhes históricos. Ao final da Segunda Grande Guerra, o Japão encontrava-se liquidado (sofrera o ataque de duas bombas atômicas; graças a Deus, as únicas lançadas sobre populações) e com a economia em frangalhos. Em menos de cinquenta anos, tornou-se uma potência mundial, rompendo limitações territoriais, de fornecimento de materiais e transformando-se num modelo de recuperação. Em nenhum outro momento da história, uma única geração de pessoas presenciou a passagem da miséria quase absoluta à riqueza ostensiva. O recorde pertence aos japoneses.

Outros países asiáticos, como a Coreia do Sul, a Tailândia, entre outros, os chamados tigres, também saíram de posições desconfortáveis e miseráveis, para ocupar importante papel na economia mundial e no ranking das ricas nações. Em todas elas, além do desenvolvimento brutal e rápido, verificou-se quase a extinção do analfabetismo. Na Coreia do Sul, o índice é de 0,3% da população. Ou seja, quase nulo.

No Brasil, no momento também atravessando problemas econômicos principalmente por possuir uma infra-estrutura inchada e obsoleta, o governo de FHC deu desde o início sinais claros de que a educação seria um de seus pilares na administração. Não se esperava outra coisa de um sociólogo na presidência.

Há pouco tempo, o ministro Paulo Renato de Souza, da Educação, divulgou os números do último censo educacional do país. Os números começam a ser alentadores – num país onde o analfabetismo ainda é crônico. De acordo com o ministro, um dos grandes problemas brasileiros começam a ser superados.

É o chamado "funil" do primeiro grau. Ou alunos que iniciam a alfabetização e, por variados motivos, deixam a escola sem concluir o curso. Pelos números, houve um aumento de 11,6% no total de matrículas no segundo grau. Ou seja, pulou de 5,7 milhões para 6,4 milhões de estudantes.

O primeiro grau apresentou um crescimento maior: ocorreram 1 milhão de novas matrículas em todo o país.

No entanto, estamos longe de terminar com esse processo de luta contra o analfabetismo. De acordo com



o censo feito pelo IBGE, na idade entre 7 e 14 anos, existem perto de 2 milhões de crianças ainda fora das escolas em todo o Brasil. É muita coisa, para um país que deseja estar numa economia globalizada. Sem educação estaremos nesse jogo para o papel de escravos.

Em números reais, o Brasil possui hoje 46,3 milhões de estudantes (computando-se todos os níveis escolares, da pré-escola à universidade). Em relação ao ano passado, significa que tivemos aumento de 1,7 milhão de novas matrículas no sistema, indicando um crescimento de 4% – contra 1,8% do ano passado. É um avanço.

O problema da repetência – um dos piores males do ensino, depois do grande problema que é o analfabetismo – continua grave. Em 1990, de cada 100 crianças, apenas 42 delas conseguiam concluir o primeiro grau. Em 95, o número subiu para 65 que ultrapassavam essa primeira barreira.

A melhoria resulta do empenho desenvolvido pelo governo federal, capitaneado pelo ministro Paulo Renato de Souza, em enfrentar o problema com altivez. Ao estimular as prefeituras e identificar os problemas educacionais de cada município, e enviar verba às essas cidades, o ministério descentralizou e desburocratizou as soluções.

Mas ainda é pouco. Como nos tempos medievais, a educação é um dos primeiros sintomas de opressão econômica. Sem escola, não há perspectiva de progresso social. É dever de todos os governantes tomá-la como a principal meta de qualquer administração. Se erradicarmos o analfabetismo, muitos de nossos males irão se tornar secundários. Esse de fato é um dos passaportes para uma economia competitiva e socialmente justa.

Date Created

04/01/1998